

PETROPOLITANAS



Denúncia alega que os repasses não estão sendo feitos pelo município

Vereadora encaminha denúncia ao TCE e MPRJ sobre consignados

A vereadora Júlia Casamasso apresentou nesta sexta-feira (14) representações ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e ao Ministério Público para apurar indícios de irregularidades nos empréstimos consignados de servidores da Prefeitura de Petrópolis e da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep). As denúncias foram apresentadas em face do Município, do prefeito Hingo Hammes e da companhia municipal. Segundo os elementos reunidos pelo mandato, parcelas dos empréstimos foram descontadas diretamente dos salários, mas os valores não teriam sido integralmente repassados às instituições financeiras. Com isso, servidores que já tiveram o dinheiro retirado de seus contracheques continuam sendo cobrados pelos bancos e relatam juros, novos débitos em conta, restrições de crédito e, em alguns casos, negativação. As representações citam duas ações judiciais movidas pelo Banco Santander.

Grupo de trabalho para cumprir determinações

A Prefeitura de Petrópolis criou um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) para coordenar e acompanhar as medidas necessárias ao cumprimento de determinações e recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) relacionadas à proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A criação do grupo foi estabelecida pelo Decreto nº 498, publicado nesta segunda-feira (17), e tem como base o Acórdão do TCE-RJ.



Processo pede pela criação de um comitê no município

Integrantes de seis secretarias

O GTI terá caráter temporário e permanecerá em funcionamento até a conclusão das atividades previstas no decreto. A coordenação ficará sob responsabilidade do representante titular do Gabinete do Prefeito. O grupo será formado por representantes de seis órgãos da administração municipal: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública e Secretaria de Planejamento e Orçamento.

Providências a serem tomadas

O GTI também deverá tomar as providências necessárias para a criação do Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Proteção e Cuidado. Segundo o decreto, o novo grupo de trabalho não substitui o Comitê Municipal previsto no acórdão do Tribunal de Contas. A Prefeitura deverá adotar as medidas necessárias para a criação do comitê. Outra atribuição será articular a elaboração e a pactuação de um Fluxo Integrado de Atendimento.

Ação do INSS

O Núcleo do Agita Petrópolis da Mosela recebe na quinta-feira (20/8), uma ação do INSS para orientar e tirar dúvidas sobre questões referentes à previdência social. O evento gratuito acontece das 9h às 14h, no salão da Igreja São Judas Tadeu. O objetivo é garantir orientação técnica e suporte no acesso aos serviços digitais da plataforma federal.

Serviços disponíveis

Entre as ações estão: orientações sobre benefícios como aposentadoria e pensões, informações completas sobre o BPC-Loas, auxílio no aplicativo “Meu INSS” e emissão de senha temporária do gov.br; além de informações sobre qualquer outra questão da Previdência. Os interessados devem levar documento de identidade com foto, carteira de trabalho e celular.

Polo de inovação

Com o objetivo de fortalecer a vocação da Região Serrana como um dos principais polos de inovação do estado do Rio, aconteceu neste fim de semana (13 a 15/08) a quinta edição do Tech Summit Petrópolis. Empreendedores, lideranças setoriais e estudantes participaram de painéis de debate, rodadas de negócios e conheceram soluções tecnológicas.

Temas abordados

Entre os temas abordados, estavam a transformação digital, a aplicação da inteligência artificial nos pequenos negócios, governança e captação de investimentos para startups. Durante a programação, a coordenadora de Negócios Tecnológicos e Inovadores do Sebrae Rio, Marília Sant’Anna, mediou o debate sobre ecossistemas locais de inovação.

Outras ações

O Sebrae Rio também integrou a programação da Batalha de Pitch, ação voltada à apresentação de projetos e ideias de base inovadora. Como forma de incentivo ao empreendedorismo, foi disponibilizada ao primeiro colocado uma consultoria remota em Modelagem de Negócios. Ainda ao longo do evento, o Sebrae Rio apresentou o Desafio Super Nova aos alunos.

Prazo de inscrição

Começa na quinta-feira (20/8), as inscrições online para a Corridinha do Nonô, que acontece no domingo (30/8). A inscrição presencial será no dia 24 de agosto, no Centro de Cultura Raul de Leoni, a partir das 9h. São esperados mais de 350 atletas para o evento em homenagem ao atleta petropolitano Seu Nonô, de 91 anos.



O MPRJ também pede a realização de audiência pública

Audiência vai abordar segurança nas redondezas do “Abrigão”

Juiz determina participação obrigatória do prefeito e de secretários municipais

Por **Gabriel Rattes**

A Justiça de Petrópolis marcou para o dia 25 de agosto uma audiência especial para discutir a situação de segurança no entorno do Núcleo de Integração Social (NIS), conhecido como “Abrigão”, no Alto da Serra. A decisão foi tomada pela 4ª Vara Cível da Comarca de Petrópolis após o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) ajuizar uma ação civil pública contra o Município e o Estado, cobrando medidas permanentes e integradas de prevenção e segurança na região.

Na decisão, o juiz afirma que a sensação de insegurança e os episódios envolvendo pessoas em situação de rua “não traduzem mera casualidade” e que situações semelhantes vêm ocorrendo há algum tempo em diferentes pontos da cidade. Segundo o magistrado, embora a ação tenha relação com o funcionamento do NIS, a questão “supera a esfera da assistência social” e envolve, na avaliação apresentada na decisão, a atuação do poder público na segurança. O juiz também destacou a necessidade de obter informações complementares antes de avançar na análise do caso.

A audiência foi marcada para as 13h30 do dia 25 e terá participação obrigatória do prefeito Hingo Hammes; do secretário municipal de Serviços, Segurança e Ordem Pública, Marcelo Ramos; do secretário de Assistência Social, Wesley Barreto; do superintendente-geral da Guarda Civil Municipal, Eliel Silveira Ramos; e do comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar, tenente-coro-

nel Vitor William Cortes Leite. As autoridades deverão ser intimadas em caráter de urgência por oficiais de Justiça.

A ação civil pública foi apresentada pelo MPRJ na segunda-feira (17). O órgão afirma ter recebido relatos de moradores, comerciantes e frequentadores sobre aumento da sensação de insegurança, episódios de violência, consumo de entorpecentes em vias públicas, brigas, perturbação da ordem e descarte irregular de resíduos nas proximidades do NIS.

Entre os pedidos feitos pelo Ministério Público estão o aumento do policiamento ostensivo e preventivo pelo Estado e o reforço da segurança municipal nos horários de maior movimento. O órgão também solicita um diagnóstico das ocorrências registradas na região e a elaboração, em até 45 dias, de um plano de ação integrado envolvendo Polícia Militar, Guarda Municipal, Secretaria de Assistência Social e equipe do NIS.

O MPRJ ressalta que não pretende questionar a existência do Abrigão nem impedir o atendimento às pessoas em situação de rua. A ação também estabelece que eventuais medidas de segurança devem respeitar os direitos fundamentais dos usuários, sem remoções ou transportes compulsórios, recolhimento indevido de pertences, expulsão territorial ou práticas discriminatórias.

Em resposta aos questionamentos sobre a ação, a Prefeitura informou que as forças de segurança municipais vêm intensificando as ações no Alto da Serra, com ampliação das rondas preventivas e maior presença de agentes e viaturas.